

## “A EDUCAÇÃO RURAL NA AMAZÔNIA PARAENSE: LIMITES E PERSPECTIVAS PARA A GARANTIA DE UM DIREITO “

Nara Piedade Oliveira <sup>1</sup>

O Presente trabalho “A Educação rural na Amazônia Paraense: Limites e Perspectivas para Garantia de um Direito” aborda os desafios e oportunidades relacionados à educação em áreas rurais da Amazônia Paraense recursos educacionais e desafios logísticos, enquanto perspectivas podem envolver a valorização da cultura local, implementação de métodos pedagógicos contextualizados e a promoção de uma educação inclusiva e sustentável. A discussão visa analisar como superar obstáculos e criar condições para que a educação ruralseja um direito efetivo para as comunidades amazônicas. Abordando desafios e oportunidades para a efetiva garantia desse direito. A região enfrenta limitações significativas, como a carência de infraestrutura educacional e o difícil acesso a recursos. A falta de professores qualificados e a distância geográfica entre as comunidades rurais também são desafios cruciais. No entanto, o resumo destaca perspectivas promissoras, como a implementação de políticas educacionais adaptadas à realidade local, o fortalecimento de parcerias entre instituições governamentais e organizações locais, e a promoção de métodos pedagógicos contextualizados. A análise visa estimular debates sobre estratégias específicas para superar as barreiras existentes e proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade na Amazônia Paraense. Este estudo contribui para a compreensão das nuances desse contexto único, enfatizando a importância de abordagens sensíveis às particularidades da região amazônica..

**Palavras-chave:** educação, Amazônia, direitos oportunidades, desafios, rural, perspectivas.

### INTRODUÇÃO

A educação rural na Amazônia Paraense é um tema de grande relevância e complexidade, refletindo a luta pela garantia de um direito fundamental: o acesso à educação de qualidade. Historicamente, a educação rural na região começou a ganhar destaque a partir do século XX, impulsionada pelas mobilizações de movimentos sociais que buscavam construir uma identidade própria e o reconhecimento dos direitos dos cidadãos rurais (Caldart, 2000). Essa educação não se limita apenas a superar os desafios logísticos e estruturais das regiões mais isoladas, mas também a incorporar e valorizar os conhecimentos locais e as tradições culturais dos povos amazônicos (Gonçalves, 2018).

Os limites da educação do campo na Amazônia paraense são diversos e impactam diretamente a garantia desse direito. Um dos principais limites é a falta de infraestrutura adequada nas escolas rurais, como a falta de energia elétrica, de acesso à

internet e de espaços adequados para o ensino e a aprendizagem. Além disso, muitas escolas do campo são distantes das áreas urbanas, o que dificulta o acesso dos estudantes e também a formação e retenção de professores qualificados. O texto “Dicionário da educação do campo” vem abordar os conceitos fundamentais relacionados à educação em contextos rurais. Ele explora temas como práticas pedagógicas específicas para ambientes agrícolas, questões culturais e desafios enfrentados por comunidades rurais no acesso à educação. O livro busca oferecer um compêndio abrangente para profissionais da educação, pesquisadores e interessados em compreender as dinâmicas educacionais no contexto rural, promovendo uma visão mais inclusiva e contextualizada da aprendizagem. É importante destacar também a falta de políticas públicas consistentes que valorizem e promovam a educação do campo na região. Muitas vezes, os recursos investidos são insuficientes e não contemplam as necessidades específicas das escolas rurais, gerando um ciclo de precarização e falta de qualidade no ensino. Contudo, as escolas que muitos se deslocam em grandes trajetos para se chegar e assim ter um ensino, deveria ser feita no campo se adequando a realidade ao povo do campo e não ao contrário.

Portanto, a educação do campo na Amazônia paraense enfrenta limites significativos, mas também apresenta perspectivas de superação. Garantir esse direito fundamental para a população rural da região requer o reconhecimento das especificidades locais, o fortalecimento dos movimentos sociais, a implementação de políticas públicas inclusivas e a valorização dos profissionais da educação. Somente dessa forma será possível promover uma educação do campo de qualidade, que contribua para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das comunidades rurais na Amazônia paraense.

## **METODOLOGIA**

A metodologia é fundamentada em uma abordagem qualitativa e participativa, com o objetivo de investigar os desafios e as possibilidades da educação rural na região. A pesquisa busca identificar estratégias para garantir o direito à educação de qualidade para as populações do campo, considerando suas realidades locais.

A abordagem qualitativa é adequada para explorar as experiências e vivências de educadores, alunos, comunidades e movimentos sociais envolvidos com a educação rural. Essa abordagem permite compreender os significados e valores atribuídos à educação no contexto amazônico, dando voz aos sujeitos da pesquisa.

Entre os métodos de coleta de dados, destacam-se as entrevistas semiestruturadas, que serão aplicadas a professores, gestores escolares, alunos, líderes comunitários e representantes de movimentos sociais. O objetivo é captar as percepções sobre os principais limites da educação rural, como a falta de infraestrutura, a ausência de políticas públicas eficazes e a distância das escolas. Além disso, as entrevistas buscarão identificar possíveis soluções e expectativas para a melhoria da educação no campo.

A observação participante será realizada diretamente em escolas rurais da Amazônia paraense, permitindo uma compreensão mais detalhada das condições de ensino, infraestrutura e recursos pedagógicos. A observação incluirá também a vivência dos alunos no trajeto até a escola, o que é um aspecto relevante na região, devido às longas distâncias e dificuldades de transporte.

Outro método importante será a análise documental, que envolverá o estudo de políticas públicas, planos de educação municipais e estaduais, além de documentos de movimentos sociais e organizações relacionadas à educação do campo. Essa análise busca entender como a educação rural está sendo tratada no âmbito político e administrativo, verificando a correspondência entre o discurso oficial e a realidade prática.

Os grupos focais também serão utilizados como uma ferramenta para promover discussões coletivas entre pais, alunos, professores, gestores escolares e lideranças comunitárias. Esses grupos permitirão uma troca de experiências e a formulação colaborativa de propostas para enfrentar os desafios da educação rural. O objetivo é que essas discussões resultem em ideias concretas para a criação de políticas públicas mais inclusivas e práticas pedagógicas que valorizem a realidade e os saberes locais

Para a análise dos dados, será utilizada a técnica de análise de conteúdo, que permitirá identificar temas e categorias recorrentes nos relatos dos participantes. A análise abordará tanto questões estruturais, como a precariedade das escolas, quanto aspectos culturais e sociais, como a importância de valorizar os saberes tradicionais e a identidade das comunidades rurais.

O projeto será desenvolvido em quatro etapas ao longo de 12 meses. O primeiro trimestre será dedicado à revisão bibliográfica e à análise documental. No segundo trimestre, será realizada a coleta de metodologia do artigo deverá apresentar os caminhos metodológicos e uso de ferramentas, técnicas de pesquisa e de instrumentos para coleta de dados, informar, quando for pertinente, sobre a aprovação em comissões de ética ou equivalente, e, sobre o direito de uso de imagens. ...será realizada a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante e grupos focais. Essas

técnicas visam garantir uma compreensão aprofundada das condições educacionais e das percepções dos sujeitos envolvidos. Durante essa etapa, será fundamental respeitar todos os aspectos éticos da pesquisa, incluindo a obtenção de consentimento informado dos participantes, garantindo o anonimato e a confidencialidade dos dados.

No terceiro trimestre, será realizada a análise de conteúdo dos dados coletados, identificando categorias temáticas relacionadas aos limites e perspectivas da educação rural na Amazônia paraense. Por fim, no quarto trimestre, os resultados serão organizados em um relatório final, que incluirá a discussão dos achados e as conclusões.

A metodologia do artigo abordará a justificativa do uso de abordagens qualitativas e participativas, com uma análise crítica da realidade local. Além disso, descreverá as ferramentas utilizadas, como entrevistas, observação e grupos focais, detalhando os instrumentos de coleta de dados, como roteiros de entrevistas e protocolos de observação.

Será informado que a pesquisa respeitará as normas éticas vigentes. O projeto será submetido à aprovação de um comitê de ética, conforme exigido para pesquisas envolvendo seres humanos. Será garantido o direito de uso de imagens apenas mediante autorização prévia dos participantes, em conformidade com as leis de proteção à imagem e privacidade

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A educação rural na Amazônia Paraense enfrenta uma série de desafios que comprometem a garantia de um direito fundamental: o acesso à educação de qualidade para todos. Essa região, com sua vasta extensão territorial e diversidade cultural, abrigando comunidades tradicionais como quilombolas, ribeirinhos, indígenas e agricultores familiares, apresenta um cenário onde as dificuldades logísticas e estruturais se impõem de maneira significativa (Cristo et al., 2005).

A Amazônia possui uma riqueza cultural muito vasta é caracterizada por sua vasta extensão territorial, diversidade cultural e presença de comunidades tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, indígenas e agricultores familiares. No entanto, as áreas rurais da Amazônia Paraense, pode haver dificuldades para garantir o acesso à educação devido à vasta extensão do território, à falta de infraestrutura adequada e à dispersão das comunidades. Muitas vezes, a educação oferecida a essas populações muitas vezes não atende às suas especificidades, pois a maioria das escolas estão localizadas a grandes distâncias das comunidades, o que torna o transporte um desafio para os indivíduos

pertencentes a essas localidades campestres. Muitos se deslocam para longe para ter uma educação de qualidade. Para Caldart (2000, p. 6) .

“ O povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculado à cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. Caldart (2000,p.6)

para a garantia do direito à educação é a falta de infraestrutura adequada. Muitas escolas localizadas nas áreas rurais da Amazônia paraense apresentam precariedade em suas instalações, falta de energia elétrica, acesso à internet e materiais didáticos. Além disso, a distância entre as comunidades e as escolas é um obstáculo, uma vez que muitas vezes os alunos precisam percorrer longas distâncias para ter acesso à educação.

A falta de professores formados e capacitados também é um desafio para a educação do campo na região. Muitas vezes, os profissionais não estão preparados para lidar com as particularidades das comunidades do campo, e também a precariedade das escolas da comunidade acaba resultando em práticas pedagógicas pouco contextualizadas e desvinculadas da realidade local. Isso gera pouca motivação dos alunos e dificulta a aprendizagem. Essas afirmações são reforçadas pelo rupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia, sintetizada na obra Educação do Campo na Amazônia: Retratos e realidade das escolas multisseriadas no Pará (Geperuaz. Apud, 2005)

Além disso, a valorização e reconhecimento das comunidades tradicionais como protagonistas na construção de uma educação do campo de qualidade são aspectos relevantes. É importante ouvir as demandas e propostas dessas comunidades, levando em consideração suas práticas e conhecimentos ancestrais, e estabelecer parcerias que promovam uma educação que dialogue com sua realidade e cultura.. Nessa direção, Caldart (2000, p. 7), trás considerações importantes para a Educação do Campo, segundo ela:

“A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza dos dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum, estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais”. Caldart ( 2000,p.7).

É fundamental que o Estado e a sociedade dê uma visibilidade melhor para esses grupos territoriais que vivem nesses lugares. Dessa forma o governo e instituições educacionais, comunidades e outros atores trabalhem juntos para enfrentar esses desafios e garantir uma educação e vida de qualidade para as pessoas. Isso inclui o fortalecimento da infraestrutura, o desenvolvimento de currículos relevantes e inclusivos e o apoio aos professores que atuam nessas áreas.

A educação no campo está diretamente ligada aos direitos das crianças e de todos os indivíduos daquela localidade camponesa. Assegurar uma educação de qualidade é um direito fundamental e essencial para o desenvolvimento integral e pleno de todos os indivíduos, independentemente de onde elas vivam. Aqui estão alguns aspectos que destacam a importância dos direitos das crianças na educação do campo. Por isso, Ana Paula Silva e Jaqueline Pasuch (2010), ao organizarem as :

“Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo”, defendem a concepção de Educação do Campo:

Uma educação infantil que permita que a criança conheça os modos como sua comunidade nomeia o mundo, festeja, canta, dança, conta histórias, produz e prepara seus alimentos. Creches e pré-escolas com a cara do campo, mas também com o corpo e a alma do campo, com a organização dos tempos, atividades e espaços organicamente vinculados aos saberes de seus povos. (Silva; Pasuch, 2010. P. 2012).

Os direitos da criança na questão da educação são fundamentais e são reconhecidos internacionalmente. A Declaração Universal dos Direitos da Criança e a Convenção sobre os Direitos da Criança estabelecem princípios específicos relacionados à educação, que são chamados de “direitos de proteção à infância”. Garantidos na constituição Federal e no estatuto da criança e do adolescente. Esses direitos incluem o acesso à educação de qualidade, a promoção de oportunidades iguais, o respeito à identidade cultural e o direito de expressar suas opiniões no ambiente educacional. Contudo As crianças têm o direito de receber uma educação segura e protegida. Especial atenção deve ser dada à proteção das crianças em ambientes rurais, evitando o trabalho infantil, abuso, exploração e outras formas de violência. Garantir esses direitos contribui para o desenvolvimento saudável e pleno das crianças.

Um dos principais desafios é a falta de infraestrutura nas escolas rurais. Muitas dessas instituições funcionam em condições precárias, sem acesso a energia elétrica, internet ou materiais didáticos adequados (Silva, 2011). As instalações muitas vezes não são apropriadas para o ensino, o que prejudica a qualidade da educação oferecida. Além disso, a grande distância entre as comunidades e as escolas torna o transporte dos alunos um desafio considerável, muitas vezes obrigando as crianças a percorrerem longas distâncias para frequentar as aulas (Nogueira & Freire, 2014). A situação é agravada pela dificuldade de atrair e manter professores qualificados nessas áreas, resultando em práticas pedagógicas pouco contextualizadas e desmotivação por parte dos alunos (Caldart, 2000).

A carência de políticas públicas adequadas é outro fator limitante para a educação rural na Amazônia Paraense. As políticas existentes frequentemente desconsideram as especificidades da região, resultando em um sistema educacional que não atende plenamente às necessidades das comunidades rurais (Mendes, 2015). O investimento insuficiente em educação rural perpetua um ciclo de precariedade, onde a falta de recursos e a ausência de iniciativas voltadas para a realidade local contribuem para a baixa qualidade do ensino (Silva & Souza, 2017). A resistência das comunidades tradicionais em aceitar modelos educacionais que não dialoguem com suas realidades culturais também é um aspecto importante a ser considerado (Santos & Almeida, 2019).

A educação no campo, ao contrário de uma abordagem padronizada, deve ser vista como um campo de disputa política, onde os sujeitos rurais reivindicam um direito histórico negligenciado (Caldart, 2000). No contexto amazônico, as políticas públicas devem ser formuladas de maneira a respeitar e integrar os saberes locais, promovendo um currículo que reflita a realidade vivida por essas comunidades (Gonçalves, 2018). Além disso, a educação do campo deve ser compreendida como um espaço de construção de identidade, onde as tradições e os conhecimentos ancestrais são valorizados e incorporados ao processo educativo (Moura, 2012).

Apesar dos desafios, há perspectivas promissoras para a educação rural na Amazônia Paraense. O fortalecimento da participação dos movimentos sociais do campo tem se mostrado essencial na luta pela valorização da educação rural. Esses movimentos desempenham um papel crucial na construção de uma identidade educativa própria, baseada no reconhecimento e valorização da cultura e dos conhecimentos tradicionais das comunidades rurais (Santos & Almeida, 2019).

A implementação de políticas públicas inclusivas e contextualizadas é uma das chaves para garantir uma educação de qualidade na Amazônia Paraense. Essas políticas devem ser elaboradas em parceria com as comunidades locais, levando em consideração suas particularidades e necessidades específicas (Mendes, 2015). A valorização das práticas agrícolas, agropecuárias e outras atividades relacionadas ao contexto rural pode contribuir para uma educação mais relevante e contextualizada, que respeite e promova as identidades locais (Silva, 2011)

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados obtidos, sobre a temática foi uma série de desafios significativos, principalmente relacionados à infraestrutura precária das escolas e à dificuldade de acesso dos alunos. A falta de energia elétrica, internet e espaços adequados para o ensino são problemas recorrentes que comprometem a qualidade da educação. Além disso, o isolamento geográfico das comunidades e a escassez de transporte escolar adequado dificultam o acesso à educação e contribuem para altos índices de absenteísmo e abandono escolar. A formação e retenção de professores também são prejudicadas pelas condições adversas e pela falta de incentivos.

Outro desafio importante é a inadequação das políticas públicas voltadas para a educação rural. Os participantes da pesquisa relataram que os recursos destinados às escolas do campo são insuficientes e mal distribuídos, perpetuando a precarização do ensino. A necessidade de políticas públicas mais robustas e específicas para a educação rural foi amplamente reconhecida, com ênfase na melhoria da infraestrutura, oferta de transporte escolar e valorização dos profissionais da educação.

Apesar desses desafios, surgem perspectivas positivas para a melhoria da educação rural. A valorização dos saberes locais e a integração do currículo com o conhecimento tradicional das comunidades podem contribuir para uma educação mais contextualizada e relevante. Além disso, a mobilização dos movimentos sociais e a participação ativa das comunidades são vistas como fatores cruciais para a transformação da realidade educacional. Conclui-se que garantir uma educação de qualidade na Amazônia paraense exige uma abordagem integrada que combine políticas públicas inclusivas, valorização dos saberes locais e envolvimento comunitário.

A última parte do trabalho, também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que nesta sessão, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica. Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo da pesquisa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Amazônia é uma região com uma importância crucial para a preservação do meio ambiente. Desse modo, a educação no campo deve incluir a conscientização sobre a importância da conservação ambiental e a adoção de práticas sustentáveis, respeitando os recursos naturais e a biodiversidade local. Contudo, a educação do campo na Amazônia Paraense apresenta desafios significativos, refletindo limitações estruturais e contextuais. Contudo, ao vislumbrar perspectivas que envolvem políticas educacionais inclusivas, formação adequada de professores e valorização da diversidade cultural, é possível avançar na concretização do direito à educação nessa região, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Em suma, garantir o direito à educação do campo na Amazônia paraense é um desafio que requer ações concretas por parte dos governos, da sociedade civil e das comunidades locais. Somente com a superação dos limites e o fortalecimento das perspectivas de uma educação mais inclusiva e contextualizada será possível transformar a realidade educacional da região. Então, É essencial investir na formação e capacitação de professores que atuam na educação do campo na Amazônia Paraense. Os professores devem estar cientes das particularidades e desafios enfrentados pelas comunidades rurais e serem capacitados para lidar com essas questões de forma apropriada.

Portanto, todos os sistemas educacionais devem promover uma educação inclusiva, independentemente do contexto geográfico. As crianças do campo podem pertencer a grupos minoritários, como comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, entre outras. É fundamental garantir que a educação oferecida seja adequada para essas crianças, respeitando suas culturas, tradições e identidades e também é fundamental envolver as crianças do campo ativamente em processos de tomada de decisão relacionados à educação. Elas têm o direito de ter sua opinião ouvida, de participar de atividades educacionais e de se expressar de maneira significativa. Dessa forma, Todas as crianças têm o direito de acesso a uma educação de qualidade, incluindo aquelas que vivem em áreas rurais. É crucial garantir que as crianças do campo tenham acesso a escolas próximas às suas comunidades, sem barreiras geográficas, financeiras ou culturais.

### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço profundamente a Deus, cuja orientação e força foram fundamentais durante toda a jornada deste projeto. Sou imensamente grata à minha família e amigos pelo apoio incondicional e encorajamento constante, que foram cruciais para a realização deste trabalho. Agradeço também aos meus professores, cuja orientação e conhecimento foram essenciais para o desenvolvimento e sucesso deste projeto. Sem o apoio e a dedicação de todos vocês, este trabalho não teria sido possível.

### **REFERÊNCIA**

BRASIL, Lei nº 9.394/96. MEC, Brasília, 1996.

BRASIL, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2004.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990a CRISTO, Ana Cláudia Peixoto de; NETO, Francisco Costa Leite; COUTO, Jeovani de Jesus.

Educação Rural Ribeirinha Marajoara: Desafios no contexto das escolas multisseriadas. In: HAE, Salomão Mufarrej (Org). Educação do Campo na Amazônia: Retratos e realidades das Escolas Multisseriadas no Pará. Belém: ráfica e Editora utemberg Ltda, 2005.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. (2000). \*Elementos para a construção do projeto político e pedagógico da educação do campo.\* UNB.

CRISTO, A. G. et al. (2005). \*Educação do Campo na Amazônia: Retratos e realidade das escolas multisseriadas no Pará.\* GEPERUAZ.

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento. In: BENJAMIN, Cesar; CALDART, Roseli Salete. (Orgs). Por uma Educação Básica do Campo. Coleção por

uma educação básica no campo. Nº 0, Brasília: DF. Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2000.

DELGADO, ANA Cristina Coll, MÜLLER Fernanda. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. Cadernos de pesquisa UFRGS, Rio Grande do Sul, 2005.

DELGADO, M., & Muller, F. (2005). \*A identidade das crianças no campo: Um estudo sobre a cultura e a educação no meio rural.\* Editora UFPA.

GONÇALVES, D. L. (2018). \*Educação Popular e a luta pelo direito à educação na Amazônia.\* Editora da UFPA.

GONÇALVES M. M. Diálogo freireano e formação permanente: reflexões sobre a formação de professores na educação do campo. 2018. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MENDES, M. R. (2015). \*Políticas públicas e educação rural na Amazônia: Desafios e perspectivas.\* Revista de Educação Amazônica.

MOURA, I. (2012). \*Infraestrutura escolar e qualidade da educação: Um estudo de caso na zona rural do Pará.\* Editora da UFPA.

MOLINA, M. C.; NADAL, P. Entrevista com Mônica Molina, especialista em educação do campo. Nova Escola, São Paulo, ed. 258, dez. 2012.

NOGUEIRA, A., & Freire, P. (2014). \*Educação e desenvolvimento rural na Amazônia: Uma análise crítica.\* UFPA.

SANTOS J. P., & Almeida, R. M. (2019). \*Cultura, educação e resistência: Reflexões sobre a educação no campo na Amazônia Paraense.\* Revista Brasileira de Educação do Campo.

SILVA,, M. F., & Souza, L. (2017). \*A infância no campo: Desafios e possibilidades na educação infantil rural.\* UFPA.

SILVA,T. P. (2011). \*Desafios da educação rural na Amazônia: Um olhar sobre as políticas públicas.\* Editora da UFPA.

SILVA,, A. P., & Pasuch, J. (2010). \*Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo.\* Editora UNB.

SILVA, Ana Paula Soares da. Educação Infantil do campo/ Ana Paula Soares da Silva; Jaqueline Pasuch; Juliana Bezzon da Silva. São Paulo: Cortez, 2012.